

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.116 - SP (2018/0024124-3)

AGRAVANTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE
SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRA BERTON SCHIAVINATO E OUTRO(S) -
SP231355
MARIANE LATORRE FRANÇO SO LIMA - SP328983
AGRAVADO : GISELE APARECIDA BALDIOTTI
ADVOGADO : GISELE APARECIDA BALDIOTTI (EM CAUSA PRÓPRIA)
- SP142806

DECISÃO

Gisele Aparecida Baldiotti impetrou mandado de segurança contra autoridade da Ordem dos Advogados do Brasil em Campinas/SP objetivando o reconhecimento da prescrição, nos termos do art 43, *caput*, da Lei n. 8.906/94, no intuito de anular as penalidades impostas no julgamento de processo disciplinar contra ela instaurado.

A ordem foi concedida (fls. 488-492), decisão mantida, em grau recursal, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos da seguinte ementa (fl. 542):

ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. OAB. INFRAÇÃO COMETIDA. PRESCRIÇÃO. DATA INICIAL DA CONTAGEM. CONHECIMENTO DO FATO.

I - Incide a prescrição quinquenal à ocorrência de punição em razão de infrações disciplinares efetivadas, tendo como *dies a quo* o da constatação oficial do fato pelo administrador, podendo ser interrompida pela instauração de processo disciplinar ou através da notificação válida feita diretamente ao representado.

II - *In casu*, ocorrente o pretendido lapso prescricional, uma vez que, após a constatação do fato pela autoridade impetrada, o que se deu por meio de ofício encaminhado em 31.10.2002, autuou-se em 21.12.2002 o procedimento de representação disciplinar (fl. 236), o que resultou na instauração do processo administrativo disciplinar em 03.02.2005 (fl. 72). A notificação válida se deu em 28.03.2005 (fl. 74v). O julgamento ocorreu somente em 19.07.2010 (fl. 129), sendo de rigor o reconhecimento da nulidade das penalidades impostas à impetrante, devendo ser mantida em sua integralidade a r. sentença.

III - Apelação e remessa oficial não providas.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 556-565).

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, III, alínea *a*, da Constituição da República, apontando violação dos arts. 44, II, 52 e 73 da Lei n. 8.906/94,

porquanto, em síntese, de sua competência a defesa dos direitos e das prerrogativas de seus membros, bem assim zelar pela qualidade dos advogados inseridos no mercado, a fim de evitar prejuízo à sociedade com a atuação de profissionais despreparados ou ímprobos, sendo atribuição sua julgar membros pela prática de infrações ao Código de Ética.

Aduz, ainda, a concretização de todos os procedimentos previstos no estatuto de modo a assegurar, à recorrida, o exercício do contraditório e da ampla defesa, pelo que a pretensão punitiva não estaria alcançada pela prescrição.

Não foram apresentadas contrarrazões e o recurso especial teve seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 608-609), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Com relação à alegação de malferimento aos arts. 44, II, 52 e 73 da Lei n. 8.906/94, verifica-se que o acórdão recorrido não analisou seus conteúdos, nem mesmo de forma implícita, a despeito da oposição dos embargos de declaração, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência do 282/STF.

E, de fato, a instância *a quo* nem teria que ser compelida a tal análise, uma vez que cuidou, tão-somente, da incidência da prescrição na hipótese, constatando-a.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator